



## A arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil e a violência estrutural no mundo dos engenhos (Pernambuco, Século XX)

JOSÉ MARCELO MARQUES FERREIRA FILHO \*

**Resumo:** Este texto tem por objetivo discutir como violência, coerção e medo compunham a arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil tanto quanto os canaviais, rios, matas, estradas, relevo, engenhos e usinas. A partir de um enfoque que compreende o espaço enquanto um complexo sistema de interações ambientais e sociais, o propósito desse trabalho é também poder discutir teoricamente e ampliar o conceito de espaço nos mais variados contextos e recortes. Baseado numa análise que cruza referências da literatura com dados cartográficos e relatórios de órgãos públicos e de defesa da classe trabalhadora, ele discute, numa perspectiva histórica, o papel da violência na composição do espaço açucareiro no mundo dos engenhos de açúcar em Pernambuco no século XX. A esse respeito, defendo que formas espaciais e violência atuavam numa dialética que isolava e imobilizava a força de trabalho *sujeita* no mundo dos engenhos. O argumento central é de que o isolamento da força de trabalho no interior das *plantations* – garantido tanto por sua forma, quanto pela inoperância ativa do Estado e pela violência secular – e sua estrutura de imobilização da força de trabalho tornavam a liberdade contingente e ampliavam as possibilidades de dominação efetiva, quase sem inconvenientes, da população *cativa*, uma vez que a condição espacial da *plantation*, tomando-a como suporte, não era independente das ações (relações) que ela era suscetível de abrigar. Enquanto forma-conteúdo, o espaço açucareiro tinha duplo valor: como agente, ele podia desempenhar a função de confinar pessoas; e, como palco arquitetado, ele podia concomitantemente acolher, de forma espontânea e programada, a violência e o controle social instituídos. Ou seja, a violência e, sobretudo, o medo eram capazes de moldar a cartografia mental dos indivíduos tanto quanto o próprio relevo, a hidrografia e o clima moldavam a aparência física do espaço. Combinada à forma labiríntica e hermética dos engenhos, ela funcionava como um componente chave do espaço, modelando a paisagem açucareira. A percepção e as representações que os trabalhadores rurais faziam do espaço podiam ser determinadas tanto pela própria geografia física e configuração territorial da *plantation*, quanto por seu modo de vê-la. Na visão dos *moradores de engenho*, o mundo fechado do açúcar era mais que um simples ambiente de trabalho: ele representava um invólucro do qual dificilmente se escapava. Considerado em seu todo, portanto, o artigo propõe repensar a história do açúcar no Nordeste do Brasil a partir da ampliação e complexificação do conceito de espaço.

\*\*\*

Esse artigo discute o papel da violência na arquitetura espacial da *plantation*.<sup>2</sup> Defendo

---

\* Professor efetivo do IF-Sertão-PE (Instituto Federal do Sertão Pernambucano). Doutor em História.



que formas espaciais e violência atuavam numa dialética que isolava e imobilizava a força de trabalho *sujeita* no mundo dos engenhos. Embora a violência seja tema sempre presente, e bastante ilustrado nos trabalhos acadêmicos que envolvem o mundo do açúcar, para os propósitos deste artigo, o foco da abordagem será incidido sobre sua funcionalidade na composição do espaço e na manutenção do sistema de dominação e imobilização da força de trabalho. De fato, seu uso intenso e frequente representava um elemento fundamental na determinação da arquitetura espacial da *plantation* e seu status de espaço de liberdade contingente. A estrutura labiríntica da zona canavieira, associada à precariedade das vias de comunicação e transporte que concentrava a força de trabalho no interior das unidades produtivas, facilitava a prática indiscriminada e impune da violência pela classe patronal. Mesmo sem existir enquanto objeto ou coisa em si mesma, a violência era parte do próprio espaço. Ela desempenhava um importante papel no controle dos trabalhadores exercido pelos grandes proprietários uma vez que: se ela era facilitada pelas características ambientais e estruturais do espaço; ela também moldava o próprio sistema na medida em que exercia uma função precisa na composição dos mapas cognitivos dos trabalhadores do açúcar – influenciando em suas perspectivas de distância, por exemplo. Com efeito, a equação era simples: o isolamento dos engenhos permitia e facilitava o uso da violência em seu interior; e esta, por sua vez, alargava, na dimensão cognitiva-real, as fronteiras com o mundo externo e era utilizada para coagir a classe trabalhadora e lhe impor certo nível de medo que a levava a uma quase imobilização. A partir da lógica racional de adequação entre meios (método mais seguro e barato) e fins (lucro máximo), a violência não apenas compunha a própria *plantation* em sua existência – como um de seus elementos sem os quais ela não poderia ser – mas também era indispensável à sua manutenção. Combinada à forma labiríntica e isolada dos engenhos, ela funcionava como um componente chave do espaço, modelando a paisagem açucareira.

### ***“Açúcar com gosto de sangue”***

---

<sup>2</sup> Todas as vezes que o termo *plantations* (no plural) for empregado, ele fará referência às unidades produtivas particulares (engenhos). Sua forma singularizada, *plantation*, por seu turno, será sempre utilizada aqui para se referir ao espaço açucareiro como um todo, sua lógica produtiva, tipo de organização e modo de existir.



Violência, coerção e medo constituíam marcas indeléveis da arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil. Esses três elementos compunham o espaço tanto quanto os canaviais, rios, matas, estradas, relevo, engenhos e usinas. Violência e coerção, e seu corolário imediato, o medo, funcionavam como importantes fatores na manutenção do confinamento da força de trabalho e do excedente econômico dos engenhos. As características ecológicas e estruturais da *plantation*, sua geografia mínima e falta de infraestrutura de transporte que ligassem os engenhos às cidades, contribuía para tornar o mundo do açúcar um território dominado pela violência explícita e simbólica da classe patronal. A zona canavieira era um complexo sistema concentracionário.

Desde sua montagem em tempos coloniais, os engenhos guardavam consigo certo caráter bélico e militar. A usina, por seu turno, segundo Freyre, possuía um espírito militar, “formando cada [uma] um império”. Júlio Bello (1985: 179), outro conhecido representante patronal, assim se referiu, em suas *Memórias*, à sociedade açucareira:

*nos primeiros quartéis do século passado [XIX] eles [senhores de engenho] foram com efeito homens todo poderosos: polícia e justiça dentro de suas terras eram eles... As autoridades e a polícia respeitavam os engenhos, algumas vezes coitados de criminosos defendidos e inatingíveis como tabus sagrados... Certos senhores arrogantes não perdoavam a mais razoável visita da polícia às suas propriedades...*

O estilo hermético dos engenhos imprimia-lhe como marca singular a dominação e controle quase absoluto de toda sorte de vida no interior de suas fronteiras, mesmo depois da escravidão. Vivendo como *cativos* e *sujeitos* de um sistema montado para explorar quase sem limites a força de trabalho, os *moradores de engenhos* frequentemente eram vítimas do próprio sistema que contribuía forçosamente para manter. Nesse sentido, Christine Dabat (2012: 416) atesta que “embora a violência patronal não se manifestasse diariamente nas suas dimensões mais espetaculares, no período pós-escravista, a ameaça de seu exercício e a violência ordinária embutida no modo de relações presentes no engenho, torna[va]-na um elemento básico do sistema”.

A arquitetura espacial da *plantation* era constituída ao mesmo tempo por seu relevo e canaviais e pelo medo impresso no cotidiano da força de trabalho isolada. Mas, o papel da violência na sua constituição não se limitou apenas a dimensão puramente social das lutas de classe. Quando em 1984 a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de



Pernambuco publicou o folheto *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*, esse documento representou umas das tentativas mais bem sucedidas de sintetizar os objetivos e mecanismos da violência patronal na *plantation* açucareira:

#### **Açúcar com gosto de Sangue**

O açúcar produzido na zona canavieira de Pernambuco tem gosto de sangue. Sangue dos trabalhadores rurais espancados e assassinados pela truculência daqueles senhores de engenhos e usineiros que implantaram um verdadeiro clima de terror em suas propriedades, com o objetivo de saciar a sua ganância de super-lucros através da super-exploração dos trabalhadores rurais da palha da cana.

#### **Objetivos da Violência (o lucrativo negócio da violência)**

A violência é utilizada para expulsar os moradores dos seus sítios, *sem o ônus da indenização das suas benfeitorias*, com o objetivo de expandir a área plantada com cana-de-açúcar;

A violência é utilizada para expulsar os trabalhadores rurais permanentes e registrados, residentes nos engenhos há 10, 20 e até 30 anos, *sem o ônus do pagamento dos seus direitos trabalhistas* (indenização por tempo de serviço, férias, 13º salário, aviso prévio etc.), com objetivo de substituí-los por trabalhadores temporários e clandestinos (sem registro legal na empresa);

A violência é utilizada para, *sem ônus trabalhista*, expulsar os trabalhadores não-residentes nos engenhos, porém registrados, e da mesma forma substituí-los por trabalhadores temporários clandestinos;

A violência é utilizada para submeter os trabalhadores rurais a uma carga de trabalho ilegal durante 6 dias da semana e *só receberem 2 a 3 dias de salário*, como consequência da *duplicação e triplicação do tamanho das tarefas* estabelecidas no Dissídio Coletivo, *com prejuízo ainda do repouso remunerado, férias, 13º salário*;

A violência é utilizada para tentar impedir que os trabalhadores reclamem do *roubo da balança e da vara e da falta de apontamento dos dias trabalhados*;

A violência é utilizada para tentar impedir que os trabalhadores reclamem na Justiça do Trabalho os seus direitos violentamente lesados;

A violência é utilizada para tentar desligar os trabalhadores dos seus Sindicatos. Sinal disso é que a violência recai particularmente sobre o delegado sindical e sobre trabalhadores encaminhados à Justiça do Trabalho pelo Sindicato;

A violência é utilizada para impedir o acesso dos dirigentes sindicais aos locais de trabalho, na tentativa de evitar que os dirigentes tomem conhecimento amplo e completo da situação existente no Engenho;

A violência é utilizada para tentar impedir reuniões dos trabalhadores e delegado sindical no Engenho;

A violência é utilizada para tentar impedir a ação fiscalizadora do Instituto de Pesos e Medidas e da Delegacia Regional do Trabalho;

A violência é utilizada, portanto, também para tentar desarticular a ação do Movimento Sindical, impedindo, muitas vezes, que o Sindicato possa agir como instrumento legal de defesa dos interesses dos trabalhadores contra a super-exploração patronal.

A síntese feita pela FETAPE a respeito da função da violência no mundo dos engenhos revela a sofisticação do uso da força patronal e sua contribuição na moldura da *plantation*. Se, contudo, o documento não estabelece uma conexão explícita entre violência e espaço, ele serve bem como ponto de partida para essa nova interpretação que proponho. Quando “a violência



[era] utilizada para tentar impedir que os trabalhadores reclam[ass]em na Justiça do Trabalho os seus direitos violentamente lesados”, por exemplo, ela estava indiretamente influenciando na maneira deles perceberem o espaço do qual faziam parte. Se as dificuldades para acessar o Poder Judiciário nas fronteiras externas ao mundo dos engenhos iam além dos obstáculos ecológicos e estruturais, perpassando pelo cotidiano de violência patronal, os medos embutidos pela classe trabalhadora representavam mesmo elementos do espaço enquanto totalidade. A dispersão geográfica dos engenhos, seu isolamento e distância dos centros públicos; a precariedade do sistema viário e ausência de transporte; somados a pobreza extrema da população interna e aos efeitos físicos e psicológicos da violência impune instituída, compunham, em conjunto, o espaço açucareiro como um todo. Nesse sentido, as distâncias entre o mundo dos engenhos e o mundo externo eram calculadas pelos trabalhadores levando-se em conta uma somatória de variáveis: ecologia (relevo, solo, clima, hidrografia); infraestrutura (estradas e sistema de transporte); e as relações sociais (violência, coerção e medo). Violência e medo, portanto, não se associavam unicamente no âmbito das relações sociais que compunham o espaço. Eles influíam mesmo na própria dimensão física da *plantation*, alargando os horizontes da cana.

Da mesma forma, quando “a violência [era] utilizada para impedir o acesso dos dirigentes sindicais aos locais de trabalho”, bem como “a ação fiscalizadora da Delegacia Regional do Trabalho”, isso significava que ela era capaz de controlar o território dos engenhos dando contornos limitados ao mundo do açúcar. A mesma fórmula funcionava para as usinas, como relatou Nancy Scheper-Hughes (1993: 59):

*no dia seguinte, às 8 horas da manhã, chegamos ao principal portão, fechado, da usina, e o vigia, talvez reconhecendo Seu Severino como um sindicalista, levou algum tempo para aprovar os nossos trabalhos e nos deixar passar. Conforme os portões se fechavam atrás de nós, fui lembrado mais uma vez do mundo total e fechado que a usina representava.*

Enquanto parte do próprio espaço, portanto, os medos funcionavam para manter a *plantation* como um grande sistema concentracionário, isolando os *moradores* do restante da população externa e fazendo com que, nas palavras de Celso Furtado (1964: 147-149),:

*[su]a experiência de vida prática não lhe permiti[sse] desenvolver-se como cidadão e ganhar consciência de responsabilidade com respeito ao seu próprio destino. Todos os atos de sua vida [eram] atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra[va] a unidade econômico-social que [era] a plantação de cana. Esses homens pouca ou nenhuma consciência t[inha]m de integrar um município ou um distrito... Por outro lado, esse sistema teve como consequência a dispersão dos*



*trabalhadores dentro da propriedade. Como as terras reservadas a produção de alimentos eram consideradas de pior qualidade, nos topos das colinas, os moradores aí eram colocados distantes uns dos outros. Essa dispersão dificultava toda a forma de vida comunitária, reduzia a influência dos homens de maior personalidade sobre os demais e entorpecia o intercâmbio de ideias com o exterior. Sobre o morador isolado, exercia-se com toda a força a autoridade do proprietário e da máquina política a seu serviço.*

### ***Plantation: espaço concentracionário***

A ideia de incluir as “terras do açúcar” no Nordeste do Brasil como que compoendo elas também um complexo sistema concentracionário pode soar *out of place*; uma vez que a tradição histórica do termo concentracionário faz remetê-lo, quase que de imediato, aos conhecidos campos de concentração nazista ou aos Gulags soviéticos. O terror produzido pelo nazismo – nem tanto aquele do regime soviético, de maneira geral menos conhecido – impregnou-se (ou foi impregnado) na memória dos indivíduos como o episódio mais horrendo e execrável da história da humanidade. De fato, se tomada a experiência do holocausto (me refiro aos campos de extermínio e não de concentração propriamente), o nazismo foi singular em intensidade e proporções – talvez fique atrás apenas do genocídio não televisionado dos “povos puros” durante o contato entre o antigo e novo mundo (Europa e América) nos séculos XV e XVI e que, veladamente, se estende até os dias atuais em outras proporções. Mas, os campos de concentração nazistas diferiam, propriamente, dos campos de extermínio que produziram o holocausto. Na verdade, existiam vários tipos: campos de concentração; de transitio; de extermínio e de trabalhos forçado. Em alguns casos, um grande complexo concentracionário incorporava mais de uma dessas formas (SNYDER, 2012).

O historiador norte-americano Stanley M. Elkins em sua polêmica obra *Slavery: a problem in American Institutional and Intellectual Life*, publicada em 1948, foi o primeiro a comparar a *plantation* escravista aos campos de concentração nazistas: “embora ele negue que a escravidão fosse um campo de concentração, ou mesmo ‘como’ um campo de concentração, ele se refere aos campos de concentração como patriarcados pervertidos e formas extremas de escravidão”, escreveu Eugene D. Genovese (1971). Inspirado no livro de Frank Tannenbaum *Slave and Citizen: the negro in the Americas* – publicado um ano antes e que havia feito estudos comparativos entre os Estados Unidos e o Brasil – Elkins identifica dois modelos de *plantation* escravista: o modelo ibérico (representado, sobretudo, pelo Brasil) e o modelo norte-americano.



Para Elkins, a brandura da escravidão na América colonizada por Portugal e Espanha era contrastada com sua perversidade nos Estados Unidos. Segundo ele, o impacto da escravidão norte-americana na personalidade do negro não teve paralelo em nenhum outro país da América. As consequências psicológicas da escravidão teriam infantilizado o negro ao ponto de dissuadi-lo de qualquer tentativa de revolta. A escravidão nos Estados Unidos operava como um “closed system”, enquanto na América Latina como um “open system”.

Tão logo defendida, a tese de Elkins sofreu duras críticas. O antropólogo norte-americano Sidney W. Mintz, por exemplo, negou o caráter supostamente mais humano da escravidão na América Latina, uma vez que “na *plantation* escravista capitalista, a humanidade era um obstáculo à maximização” dos lucros (MINTZ, 1969). Da mesma forma, Marvin Harris contestou o mito da generosidade do senhor no modelo ibérico (HARRIS, 1969). Em 1971, o livro *The debate over slavery: Stanley Elkins and his critics*, organizado por Ann J. Lane, colecionou artigos de vários estudiosos que discordavam veementemente das ideias de Elkins. Em um deles, por exemplo, Earl E. Thorpe criticou qualquer comparação entre a escravidão na América e os campos de concentração afirmando que: “muitos prisioneiros dos campos foram alvo de experiências médicas bárbaras. Os escravos das plantações não eram usados como cobaias humanas. Um ex-interno altamente letrado dos campos declarou (...) que o ‘trabalho escravo e a política de extermínio [dos campos de concentração] eliminou qualquer compensação pelo valor de uma vida, mesmo em termos de uma sociedade escravista’...” (THORPE, 1971).

Ainda nos anos 1970, a ideia de que o Nordeste do Brasil era um grande campo de concentração foi alçada novamente por Eduardo Galeano (1990: 45) na obra *As veias abertas da América Latina*. Sua descrição da *plantation* açucareira é ilustrativa:

*O Nordeste brasileiro é, na atualidade, uma das regiões mais subdesenvolvidas do hemisfério ocidental. Gigantesco campo de concentração para trinta milhões de pessoas, padece hoje a herança da monocultura do açúcar. De suas terras nasceu o negócio mais lucrativo da economia agrícola colonial na América Latina. Atualmente, menos da quinta parte da zona úmida de Pernambuco está dedicada à cultura da cana-de-açúcar, e o resto não se usa para nada: os donos dos grandes engenhos centrais, que são os maiores plantadores de cana, dão-se a este luxo do desperdício, mantendo improdutivos seus vastos latifúndios [...]. A jornada de trabalho em algumas plantações se paga a preços mais baixos do que a diária mais baixa da Índia. Um informe da FAO, Organização das Nações Unidas, assegurava em 1957 que na localidade de Vitória de Santo Antão, perto de Recife, a deficiência de proteínas “provoca[va] nas*



*crianças uma perda de peso 40% mais grave do que se observa[va] geralmente na África”. Em numerosas plantações subsistem ainda as prisões privadas, “mas os responsáveis pelos assassinatos por subnutrição - diz René Dumont - não são presos nelas, porque são os que têm a chave”.*

Nos anos 1990, a ousadia interpretativa de Galeano levou a antropóloga norte-americana Nancy Scheper-Hughes a questionar: “Seria a referência de Galeano ao Nordeste do Brasil como um ‘campo de concentração para mais de trinta milhões de pessoas’ uma metáfora vulgar, uma apropriação indevida de um espaço e uma experiência sem igual e que não teve paralelo em lugar algum?” (SCHEPER-HUGHES, 1992). ‘Não!’, foi sua resposta. Em ambos os modelos (nazista/soviético ou brasileiro) um grande número de indivíduos era concentrado num território determinado onde um pequeno grupo controlava todos os âmbitos de suas vidas. Em ambos os modelos, a população interna vivia na linha tênue entre a morte e a inanição; sem condições mínimas de abrigo; sem assistência médica; sem acesso livre a bens de consumo; sem comunicação aberta com o mundo externo; sob a coerção física e moral de todos os membros dos grupos familiares; e submetidos a várias formas de violência física e/ou simbólica. Até mesmo o sadismo praticado nos campos de concentração tinha seu *double* no mundo do açúcar.

Quando em março de 1964 o jornal *Última Hora* (Edição Nordeste de 05/03/1964) publicou uma matéria com relatos da sistemática violência no campo, ele também estava mostrando os métodos mais cruéis e desumanos de tortura empregados pela classe patronal:

*A) ‘Fornalha’ – onde os camponeses eram queimados vivos – Relato do pistoleiro José Félix da Silva (Capanga do coronel), que disse que recebeu inúmeras ordens do coronel para surrar e matar camponeses.*

*B) Segundo relato de Alcira de Lourdes da Silva, seu marido morreu em 1946 em consequência das torturas sofridas. Enquanto estava limpando o roçado, caíram algumas fagulhas do seu cachimbo, incendiando um pequeno ‘partida de cana’. Por ter sido responsável pelo pequeno incêndio, José Fernandes Filho foi posto de castigo, de frente a casa-grande, com os braços para cima e o pescoço amarrado por forte corrente. Dias depois do massacre, JFF, teve de ir ao hospital, vítima de inflamações na garganta, falecendo em seguida.*

*C) Arranca Bigode – Manoel Delmiro dos Santos conta que viu seu tio ter os bigodes arrancados pelo latifundiário Alarico em virtude de um atraso de cinco minutos, porque o filho menor estava doente. Em seguida o ‘coronel’ Alarico disse que fosse tratar do filho no inferno e pelo atraso ia lhe dar uma lição. Cego de raiva, enrolou as pontas do grosso bigode entre os dedos e deu um forte puxão, provocando grave hemorragia, ficando até hoje, João Delmiro dos Santos, defeituoso dos lábios.*

*D) Ossadas Humanas – segundo José Francisco da Silva, era comum encontrar ossadas humanas semi-enterradas. ‘Ele mandava matar depois da meia-noite, quando todos dormiam’. As surras eram aplicadas de cipó-pau, xique-xique, chicote de bater em cavalo, etc. e raro foi o camponês que escapou de uma surra.*

De fato, apenas uma pequena parte dos casos de agressões, torturas e assassinatos era noticiada.



Dada a difícil penetração no mundo dos engenhos, sabe-se muito pouco sobre o que lá ocorreu mesmo antes e depois da ditadura militar. Apenas em raros momentos a imprensa dava cobertura a esse tipo de fato. Quanto ao caráter concentracionário do sistema, o geógrafo Manuel Correia (1963: 116-117) revelou ao mundo um de seus sofisticados mecanismos de funcionamento:

*o proprietário facilita ao trabalhador pequenos empréstimos; este, ganhando pouco, com família numerosa, e abastecendo-se em barracão que cobra sempre preços elevados. Quando o débito chega a quatro ou cinco mil cruzeiros, o proprietário começa a negar novos empréstimos, alegando que a conta está grande. Ameaça de um desconto semanal no salário a fim de que seja feita a amortização do débito. O trabalhador desesperado procura sair para outra propriedade, mas o credor não consente que ele se mude se não saldar a conta. Então ele pede um empréstimo equivalente ao débito ao proprietário do engenho onde vai morar e, se consegue, paga o débito anterior e se muda; não é livre, porém, porque 'vendeu-se ao novo proprietário' e só poderá sair de suas terras quando pagar a importância devida. Incrível é que quando o morador não encontra quem o compre sai a noite fugido – esta é a expressão que se usa – da propriedade do credor, é comum que este consiga o apoio de uma autoridade que vão prender o foragido onde estiver a fim de que ele trabalhe para o credor e salde o débito. Às vezes, o trabalhador que fugiu fica na propriedade do credor trabalhando durante o dia e permanecendo a noite preso em um quarto sob vigilância dos vigias em verdadeiros cárceres privados*

Aludindo não apenas a sua consequência mais nefasta (concentrar para exterminar), mas também à característica básica de imobilizar grupos de indivíduos sob quaisquer propósitos, o epíteto “concentracionário” – para além de sua função meramente adjetiva – pode, então, ser empregado, sem risco de heresia histórica, ao vasto complexo açucareiro no Nordeste do Brasil. E mais, alguns traços tornavam a *plantation* açucareira um espaço concentracionário ainda mais sofisticado que suas linhagens clássicas, pois funcionava perfeitamente sem a necessidade de muros ou arames farpados, ou mesmo da extensa camada de neve (muros naturais) que isolava a Sibéria do resto do mundo. Como Afrânio Garcia escreveu em 1989, no mundo do açúcar “a estrutura hierárquica se inscreve completamente em um espaço fechado, cujo funcionamento próprio tem por efeito imobilizar os trabalhadores, sem que seja necessária uma barreira separando o interior do exterior” (GARCIA, 1989: 51). Mais recentemente, em 2014, o antropólogo Michel Agier organizou um livro chamado *Un monde de camps*. A respeito dele, Agier (2015) fez referência direta as *plantations* açucareiras como campos de trabalhadores concentrados:

*Os campos de trabalhadores, sobretudo aqueles nos países emergentes como Brasil, China, África do Sul e os Emirados Árabes Unidos, mas também no sul dos Estados Unidos e da Europa (Itália, Espanha, Chipre...), respondem a uma lógica puramente econômica: nestas regiões, o desenvolvimento do*



*agronegócio, com as plantações de açúcar, por exemplo, e o lançamento de obras gigantescas – estradas, barragens... – geram uma enorme necessidade de mão de obra que não se hesita em procurar diretamente no exterior. A forma do campo permite acomodar essas pessoas economicamente úteis, mas socialmente indesejáveis. Entre estes indesejáveis há aqueles que podem morrer e aqueles que ainda pode servir para qualquer coisa. É por isso que nós também discutimos em nosso livro os campos de trabalhadores, uma forma de campo que se multiplica na China de hoje, na África do Sul, no Brasil, nos países do Golfo. Estas são pessoas que 'não valem nada' socialmente, mas que são utilizadas economicamente*

O impulso, diante de tantas semelhanças, em associar o Nordeste açucareiro a um clássico campo de concentração, entretanto, não deve ofuscar suas diferenças. Embora também confinasse pessoas, a *plantation* não era propriamente um sistema prisional. O modelo concentracionário açucareiro seguia uma lógica puramente, ou sobretudo, econômica; embora os clássicos campos de trabalhos forçados também tenham percebido que o valor agregado de sua força de trabalho encarcerada poderia ser utilizado pelo Estado ou por empresários particulares. Na União Soviética, por exemplo, o trabalho forçado nos Gulags foi considerado um grande sucesso econômico e político nos tempos de Stalin que, inclusive, havia sido preso por quatro vezes nos campos antes de assumir a direção da URSS. Lá, diferente do ‘modelo adocicado’ brasileiro, os presos eram interrogados e cumpriam uma pena cujo tempo era legalmente arbitrado; em seguida eram libertos e poderiam volta a viver na sociedade externa. Ademais, os campos nazistas e soviéticos foram criados “para encarcerar pessoas não [unicamente] pelo que elas tinham feito [como nos sistemas prisionais comuns], mas [também] pelo que elas eram” (APPLEBAUM, 2003: 19): judeus; negros; homossexuais; presos políticos; “inimigos do Estado”...

Na chamada “civilização do açúcar”, diferentemente, onde os mecanismos de dominação remetiam ao tempo da escravidão, os indivíduos haviam sido historicamente confinados desde o período colonial. Descendentes de escravos sem terra, dinheiro e estudo, a maioria dos indivíduos que a compunha não havia sido transportada para lá de maneira forçada. Como a cana, eles ‘brotavam’ anualmente no massapé dos engenhos; ou para lá migravam por conta própria fugindo das secas no Agreste e Sertão. Juridicamente livres para deixar os engenhos, a maioria era condicionada por forças históricas a viver onde nascera, exercendo a única função que aprendera na vida: plantar e cortar cana. Além disso, o modelo açucareiro foi uma empreitada não estatal propriamente (ainda que a maior parte dos proprietários das *plantations*



tenha controlado, também, o aparelho de Estado) mas, sobretudo, uma empresa privada. Embora parte do aparelho repressivo de Estado tivesse se associado à classe empresarial (me refiro especificamente ao autoritarismo exercido pela polícia contra a classe trabalhadora), a maior parte da violência era praticada por milícias particulares. A omissão consentida do Estado, deste modo, também teve papel fundamental na manutenção desse sistema. Como uma amnésia deliberada, o Estado se permitiu “esquecer” dessas zonas intocadas do território nacional.

A *plantation* no Brasil, portanto, não pode ser livremente assimilada aos clássicos campos de concentração. É necessário impô-la uma definição própria que sintetize sua existência enquanto espaço de liberdade contingente que associava, em conjunto, suas formas, funções, estruturas e processos ao longo dos cinco séculos de sua história.

### **Milícias privadas, força policial e violência ordinária no mundo dos engenhos**

A ideia de que a violência representa um sintoma de perda de poder não tinha validade na *plantation*. O poder da classe patronal era firmado precisamente por seu uso. Como Afrânio Garcia afirmou, “para se fazer obedecer, ou para punir, o *senhor* infligia castigos corporais que poderiam chegar à morte. Para esse uso, ele dispunha de *cabras de confiança*, caracterizados por uma completa fidelidade à pessoa do patrão, mantidos por concessão de vantagens materiais e de um estatuto privilegiado no engenho” (GARCIA, 1989: 39-40). Os *senhores de engenho* costumavam recrutar “indivíduos que tinham cometido crimes em outros cantos, portanto susceptíveis de terem o gosto e a aptidão para o manejo das armas” (GARCIA, 1989: 46). De acordo com alguns relatos (CARVALHO, 1966: 3), o administrador do engenho, por exemplo:

*possui[a] direito para andar armado. Admit[ia], demit[ia], suspend[ia], multa[va] e em muitos casos até castiga[va] fisicamente os camponeses. Autoriza[va] e proib[ia] festas dentro dos engenhos. Dá[va]-se o direito de conquistar as filhas e as mulheres dos camponeses... Influi[a] na escolha dos delegados sindicais, nos preços e tamanhos das contas, proib[ia] greve, prend[ia] camponeses e os entrega[va] a polícia, pratica[va] espionagem para a usina e para o serviço secreto do exército*

As “milícias privadas dos patrões, cuja existência o Estado brasileiro insist[ia] em ignorar, apesar de todas as evidências” (SIGAUD, s/d), como afirmou Lygia Sigaud, foram sempre muito frequente e exerciam controle efetivo sobre grande parte dos trabalhadores. Elas



eram responsáveis pelo constante clima de intimidação e terror no engenho e fora dele. Segundo o movimento sindical, vigias e *cabos* fortemente armados com revólveres, espingardas calibre 12, e cipó de boi, transitavam nos locais de trabalho “visitando” e “fiscalizando” os *moradores*. O documento *A violência no campo pela mão armada do latifúndio (1981/1984): torturas, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidade e expulsão dos trabalhadores da terra*, divulgado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) por ocasião do lançamento em Brasília da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 3 de abril de 1984 revelava que:

*a violência, às vezes, é exercida diretamente pelo proprietário. Mas frequentemente, entretanto, fazendeiros, grileiros ou empresas usam de pistoleiros profissionais ou de verdadeiras milícias privadas. Essas milícias não são privilégio das áreas mais isoladas. Várias usinas de açúcar do Nordeste e senhores de engenho valem-se delas para ‘manter a ordem’ em suas propriedades*

Essas informações também são confirmadas por Manuel Correia de Andrade: “os proprietários mantinham em suas terras capangas fortemente armados” (ANDRADE, 1991: II); pelos fiscais da DRT;<sup>3</sup> e por inúmeros depoimentos orais coletados por pesquisadores de várias áreas.

Embora entenda as práticas de castigos corporais como a outra face da generosidade do *senhor* – a figura de um pai que pune superposta a de um pai generoso –, na esteira de parte da literatura que defendia certa harmonia entre as classes no interior da *morada*, e ressaltando que “a violência física sempre fez parte da relação de dependência”, Afrânio Garcia admite que “os castigos corporais eram infligidos diante dos outros *moradores* de forma a produzir um efeito de demonstração e marcar, aos olhos de todos, quem detinha o uso legítimo da violência física” (GARCIA, 1989: 41); como uma espécie de pedagogia do medo. Ele ressalta “as *pisas*, surras dadas pelos prepostos do proprietário, e os assassinatos dos *moradores* que entraram em disputa com o patrão” (GARCIA, 1983: 73). Christine Dabat (2012: 664), por seu turno afirma:

*A violência patronal funcionou como terror numa dimensão secular em tempos escravistas, com conseqüências difíceis de avaliar. Não se pode subestimar sua abrangência que viabilizava e reforçava o caráter absolutista do sistema. A plantação escravista já fora comparada a um campo de concentração. Da mesma forma que as resistências à ‘instituição peculiar’ são hoje em dia investigadas e valorizadas, em*

---

<sup>3</sup> DRT/PE. *Relatório de Fiscalização dos Engenhos Petribu I e São Miguel ao Sr. Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho*. Proc. s/n. Data: 21 de março de 1983. DRT/PE. *Relatório de Fiscalização ao Sr. Delegado Regional do Trabalho em Pernambuco*. Proc. DRT/PE/N. 17.009/83. Data: 11 de novembro de 1983. DRT/PE. *Relatório de Fiscalização dos Engenhos Petribu I e São Miguel ao Sr. Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho*. Proc. s/n. Data: 29 de fevereiro de 1983.



*todas as suas dimensões, pelos pesquisadores, a potência do fenômeno coercitivo e sua longa duração, sem ruptura, que sugerisse ou permitisse uma inversão dos papéis, não devem ser menosprezadas. A 'morada' situa-se precisamente num ambiente que emergiu da escravidão, num processo cuja característica de transição relativamente pacífica reforçou as permanências em termos de modalidades de relações entre classes. Os senhores de escravos usavam de armas para manter seu poder. A abolição não lhes tirou esse hábito.*

A ideia de que “o processo de concentração da força física pública [estatal] se acompanha de uma desmobilização da violência ordinária” [particular], como afirmou Pierre Bourdieu (2012: 314) se referindo ao nascimento do Estado Moderno na Europa, parece não ter tido validade na zona canavieira de Pernambuco. Na *plantation*, quando a violência não era praticada pela própria polícia militar, fazendo às vezes “papel de milícia privada, agindo com violência contra trabalhadores rurais e líderes sindicais” (CONTAG, 1984), ela era empregada de forma indiscriminada pelos latifundiários. A esse respeito, Anthony Pereira (1997: 117) sugeriu que

*a violência dos proprietários de terra contra os trabalhadores e líderes sindicais ocorreu no Brasil, porque os pobres rurais usaram a abertura proporcionada pela transição democrática para receber suas demandas reprimidas por terra e melhores salários. Isso instigou uma forte reação por parte dos proprietários rurais. A violência dos proprietários ampliou, porque o estado não os punia; em vez disso, a força policial do estado geralmente colaborava com sua autoridade. O estado brasileiro, especialmente no Nordeste, onde o peso político dos proprietários era maior, não conseguia fazer cumprir a lei ou proteger o fraco da predação do forte*

Segundo Lygia Sigaud (s/d), as “forças repressivas do governo do estado..., à exceção do curto período do governo Miguel Arraes, sempre foram utilizadas contra os trabalhadores e a favor dos proprietários”. “A lei [era] inócua”. O uso ostensivo e sistemático da força policial contra a classe trabalhadora foi, durante longo período, uma marca visível nas relações de trabalho no campo. Christine Dabat (2005: 179) admite que “as autoridades confortavam a violência, quando não a exerciam, elas próprias, contra a família trabalhadora, inclusive as mulheres e crianças”. Os usineiros, na maioria dos casos, para manter seu poder, estabeleciam estreitas relações com as autoridades,<sup>4</sup> bem como controlavam os cargos públicos a fim de usá-los contra seus dominado (SIGAUD, s/d: 18-19). Com o golpe de 1964, as associações entre o setor agroindustrial e as forças de Estado tornaram-se mais estreitas, como descreveu Moniz Bandeira (1978: 60):

---

<sup>4</sup> Segundo a Comissão Pastoral da Terra: “Milícias privadas se multiplicam, com evidente omissão e, muitas vezes, com cumplicidade das forças de segurança pública estadual”. CPT. *Reforma agrária para a Zona da Mata de Pernambuco*. 1999.



*comerciantes e latifundiários formaram um exército particular de 10.000 homens, sob a supervisão do próprio secretário de Segurança, Coronel João Mendes de Mendonça, todos treinados para a sabotagem e luta de guerrilhas. Dos 28 grupos empresariais organizados no Estado [de Alagoas], 22 dispunham de pelo menos 150 homens e 15.000 litros de combustíveis cada um. Para cada metralhadora foram distribuídos 1.000 tiros. A esse Estado-Maior de fazendeiros e comerciantes se somaram 1.800 produtores de açúcar e pequenos proprietários, levando cada um com pelo menos cinco homens já armados. O governador Luiz Cavalcante apoiava o empreendimento, que se inseria, sem dúvida, numa estratégia global, pois Alagoas, pela sua situação geográfica, constituía, como Estado-tampão, uma cunha entre Pernambuco e Sergipe, Miguel Arraes e João Seixas Dória, identificavam com o programa de reformas. A organização desse Exército clandestino, com know-how da CIA, custou cerca de 100 milhões de cruzeiros. Em todo o Nordeste havia formações do mesmo tipo.*

Muitos trabalhadores que militavam no movimento camponês, Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, antes e depois do golpe de 1964, foram assassinados por seus patrões ou por prepostos. Segundo Francisco Julião, “quando se matava alguém em Pernambuco se escapava para a Paraíba, havia uma espécie de sindicato da morte, uma aliança natural entre os grandes *senhores de engenho* e grandes proprietários”.<sup>5</sup>

Após o Golpe, “os dirigentes sindicais... que não conseguiram escapar foram presos e torturados, outros foram assassinados pelos militares depois de terem denunciados seus patrões” (SIGAUD, 1996). Muitos desses homicídios permaneceram impunes diante da Justiça. De acordo com Maria do Socorro Abreu e Lima (2005: 124), “[eram] várias as denúncias de espancamentos e mesmo de assassinatos de camponeses por toda a década de 60”. Ainda hoje, a Comissão Pastoral da Terra divulga, anualmente, listas periódicas com os casos de assassinatos no campo.

A história da *plantation* açucareira no Nordeste, portanto, é também uma história de violência e destruição, afirmou Nancy Scheper-Hughes. “Séculos inteiros de mandonismo e escravidão, desenvolveram e consolidaram esse espírito de domínio absoluto sobre homens e terras no Brasil” (MORAIS, 1982: 194). Edival Nunes Cajá assim sintetizou a história do açúcar nem Pernambuco:

“Há cinco séculos, um punhado de aristocráticos aventureiros, capitaneados pelo ambicioso escravocrata Duarte Coelho, ostensivamente armado, invadiu as melhores terras de Pernambuco e obrigou todos os seus habitantes a trabalharem para eles, à força. Achando pouco, sequestraram ao longo deste tempo, milhões de africanos livres, trazidos para cá como escravos acorrentados, com a mesma finalidade: produzir e acumular capital, riqueza e ostentação para as suas poucas famílias. Com a orientação do governo de Portugal e o

---

<sup>5</sup> Depoimento de Francisco Julião ao Projeto “A História oral do movimento político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA.



apoio da igreja, eles formaram uma vasta organização criminosa internacional especializada em sequestros, torturas, assassinatos, saques, ocultação de cadáveres aos milhares, praticaram um verdadeiro genocídio, com os negros e a população nativa, por eles batizada de índios. Os usineiros e senhores de engenhos não conhecem limites para suas insaciáveis ganâncias na busca dos lucros. Para isto, recorrem, como na época do escravagismo, a toda sorte de guerra e violência para submeter e expropriar as imensas massas de trabalhadores. Enfim, por trás daquele suntuoso sindicato do açúcar existe a mais longa história do crime organizado pelo seguimento patronal mais reacionária da burguesia em Pernambuco”.<sup>6</sup>

\*\*\*

O uso da violência como fator econômico e forma de impor o que a classe empresarial chamava de “ordem pública”<sup>7</sup> já foi amplamente sublinhado pela historiografia. Inúmeros trabalhos deram conta de elencar diversos casos documentados tanto pelos próprios agentes sociais vitimizados, a classe trabalhadora, quanto por relatórios da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco e outros órgãos de classe e de governo. Um elemento não mencionado, mas que deve ser discutido, no entanto, é o lugar da violência na constituição da arquitetura espacial da *plantation*. Para além de fator econômico, responsável pela manutenção dos lucros empresariais e ordenamento interno do sistema, a violência compunha também o próprio espaço em sua totalidade. Enquanto práticas espaciais, ou seja, enquanto ações que contribuem para garantir projetos específicos, as diversas formas de violência eram um meio efetivo e eficaz na gestão dos territórios entocados dos engenhos.

Afastado, isolado em seu mundo restrito, o camponês do açúcar, trazendo na alma as subserviências da escravidão negra, não percebia onde terminava o arbítrio do proprietário e onde começava a ação do Poder Público, da Justiça Social. Daquele só tinha uma ideia através da força policial, ocasionalmente chamada pelo dono da Usina, quando surgia um problema de maior importância. E deixava-se, também amedrontado, permanecer na passividade (GUERRA, 1982: 194-195).

A violência e, sobretudo, o medo eram capazes de moldar a cartografia mental dos indivíduos tanto quanto o próprio relevo, a hidrografia e o clima moldavam a aparência física do espaço. A percepção que os trabalhadores rurais tinham da paisagem podia ser determinada tanto pela própria geografia física e configuração territorial da *plantation*, quanto por seu modo de vê-la. Na visão dos *moradores de engenho*, violentados fisicamente e ameaçados todos os dias, o mundo fechado do açúcar era mais que um simples ambiente de trabalho: ele representava um

---

<sup>6</sup> Edival Nunes Cajá. “Manoel Aleixo, herói brasileiro, vítima da ditadura”. Texto publicado em 4 de dezembro de 2012 no site [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br). Acesso em 12 de set. de 2013.

<sup>7</sup> “at certain levels of political-economic development – and the sugar plantation zone is one of these – violence and threats or fear of violence are sufficient to guarantee the ‘public order’” (SCHEPER-HUGHES, 1992: 223).



invólucro do qual dificilmente se escapava. Como Thomas Rogers (2006: 6) afirmou: “os trabalhadores viam a si próprios como cativos do poder de controle dos senhores”. Na sua forma de ver o mundo ao qual faziam parte, a violência era uma das variáveis que compunham os cálculos das distâncias entre os engenhos e seu exterior. Nesses casos, a percepção das distâncias, pelos trabalhadores, entre estes dois mundos era, de fato, bem mais complexa do que uma simples soma quilométrica. A representação da *plantation* enquanto espaço de liberdade contingente ia muito além de suas curvas de nível, relevo, vegetação e sistema viário. Os mapas cognitivos dos trabalhadores eram bem mais complexos que seus similares reproduzidos em papel. A visualização da *plantation* como um único e complexo sistema espacial, portanto, é indissociável de seu caráter social e histórico.

A onipresença da violência patronal – explícita (nas surras, espancamento e expulsões) ou velada (na produção do medo) – compunha, juntamente com os elementos físicos do espaço, a paisagem açucareira. Sua significação simbólica ou mental/cognitiva, portanto, não era menos concreta ou real que sua finalidade material e econômica. Parte integrante do regime de trabalho, para os *moradores de engenho* a violência, efetiva ou potencial, era uma marca tão nítida no espaço quanto os próprios canaviais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: EdUFPE & Editora Oito de Março, 2005.
- AGIER, Michel (dir.), avec la collaboration de Clara Lecadet et les contributions de Hala Abou-Zaki, Hélène Thiollet, Marc Bernardot, Olivier Clochard, Alice Corbet... *Un monde de camps*. Paris: La Découvert, 2014.
- ANDRADE, Manuel Correia de. “Apresentação”. In: PERES, Gaspar & PERES, Apollonio. *A indústria assucareira em Pernambuco [1915]*. Recife: CEPE, 1991.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1963.
- APPLEBAUM, Anne. *Gulag: a history of the soviet camps*. London: Penguin Books, 2003.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. Prefácio de Gilberto Freyre e José Lins do Rego. Recife: FUNDARPE, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *Sur l'Etat: cours au Collège de France (1989-1992)*. Édition établie par Patrick Champahne, Remi Lenoir, Franck Poupeau at Marie-Christine Rivière. Édition Raison d'agir/Édition du Seuil, janvier 2012.



CARVALHO, Amaro Luiz de (Palmeira). “O movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco”. In: *Editorial a Luta*. nº 01, 1966.

CONTAG. “A violência no campo pela mão armada do latifúndio (1981 a junho/1984): torturas, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidade e expulsão dos trabalhadores da terra”. Documento: *A estrutura agrária e a violência no campo*, apresentado por ocasião do lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 3 de abril de 1984, em Brasília, Distrito Federal. Acervo histórico da FETAPE.

DABAT, Christine Rufino. “Dimensões da violência patronal contra trabalhadoras rurais na zona Canavieira de Pernambuco”. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia & Oliveira, Suely de. *Marcadas a ferro: violência contra a mulher – uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. 2ª Ed. Recife: EdUFPE, 2012.

FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*. 1984.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 30ª edição. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GARCIA, Afrânio Raul. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1989.

GARCIA, Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

GENOVESE, Eugene D. “Rebelliousness and Docility in the Negro Slave”. In: LANE, Ann J. *The debate over slavery: Stanley Elkins and his critics*. Urbana, Chicago, London: University of Illinois Press, 1971.

GUERRA, Flávio da Motta. *Idos do velho açúcar*. 2ª Ed. Revista e Aumentada. Recife: Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, 1982.

HARRIS, Marvin. “The Myth of the Friendly Master”. In: FONER, Laura & GENOVESE, Eugene D (Ed.). *Slavery in the New World: a reader in comparative history*. PRENTICE-HALL, INC., Englewood Cliffs, N. J., 1969.

Jornal *Última Hora*. Edição Nordeste, 05/03/1964.

LANE, Ann J. *The debate over slavery: Stanley Elkins and his critics*. Urbana, Chicago, London: University of Illinois Press, 1971.

MINTZ, Sidney W. “Slavery and Emergent Capitalisms”. In: FONER, Laura & GENOVESE, Eugene D (Ed.). *Slavery in the New World: a reader in comparative history*. PRENTICE-HALL, INC., Englewood Cliffs, N. J., 1969.

MORAIS, Pessoa de. *Sociologia da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, s/d. Citado por GUERRA, Flávio da Motta. *Idos do velho açúcar*. 2ª Ed. Revista e Aumentada. Recife: Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, 1982.

PEREIRA, Antony W. *The end of the peasantry: the rural labor movement in Northeast Brazil (1961 – 1988)*. University of Pittsburgh Press, 1997.

ROGERS, Thomas D. *The deepest Wounds: a labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção* [1996]. São Paulo: EdUSP, 2006.



SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1992.

SIGAUD, Lygia. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. In: *Dados*. Vol. 29, n. 3, s/d.

SIGAUD, Lygia. “Direito e coerção moral no mundo dos engenhos”. In: *Estudos Históricos* 18. São Paulo, 1996.

SNYDER, Timothy. *Terras de sangue: a Europa entre Hitler e Stalin*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen: the negro in the Americas*. New York, 1947.

THORPE, Earl E. “Chattel Slavery and Concentration Camps”. In: LANE, Ann J. *The debate over slavery: Stanley Elkins and his critics*. Urbana, Chicago, London: University of Illinois Press, 1971.